

PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL

e o estado de coisas
inconstitucional

Luís Carlos Valois



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Luís Carlos Valois.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
(Imagem via VisualHunt)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

VALOIS, Luís Carlos.
Processo de execução penal e o estado de coisas inconstitucional -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.
170. p.
ISBN-978-85-8425-739-3
1. Direito processual penal. I. Título.
CDD347.9
CDU341.43

113571

D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

1. O estado de coisas inconstitucional declarado pelo STF	19
2. Numerus Clausus (número fechado)	35
3. Princípios constitucionais na execução penal	43
3.1. Princípio da legalidade.....	44
3.2. Dignidade da pessoa humana.....	49
3.3. O princípio da pessoalidade da pena.....	54
3.4. A vedação de determinadas penas.....	59
3.5. Princípio da isonomia no sistema penitenciário.....	62
3.6. Integridade física e moral dos presos.....	66
3.7. Garantias processuais.....	69
3.8. Princípio da individualização da pena.....	72
3.8.1. Individualização administrativa.....	73
3.8.2. Individualização judicial-executiva da pena.....	76
4. A execução penal como processo e outros direitos do preso na LEP	79
4.1. O processo de execução penal.....	80
4.2. A progressão de regime.....	84
4.3. Progressão de regime cautelar.....	93

4.4. Exame criminológico como requisito da progressão.....	98
4.5. O direito do voto do preso.....	104
4.6. Os direitos inerentes a cada regime e o RDD.....	109
4.7. O trabalho e a remição.....	117
4.8. Execução penal provisória e progressão por salto.....	123
5. Procedimentos específicos	
na execução penal.....	127
5.1. Progressão com 1/6 do regime semiaberto para o aberto em penas hediondas.....	127
5.2. Progressão com 1/6 sempre que a pena foi igual ou inferior a 8 anos.....	129
5.3. Retificação do regime inicial na execução penal.....	132
5.4. A substituição da pena de prisão por pena restritiva de direitos na execução.....	137
5.5. Indulto para penas de crimes hediondos.....	142
5.6. Monitoração eletrônica.....	149
6. Conclusões.....	159
Referência.....	163